Ata da audiência pública para apresentar e discutir as propostas de criação de "Unidades de Conservação na Serra do Itapeti, abrangidos pelos municípios de Mogi das Cruzes, Guararema e Suzano", de responsabilidade da Fundação Florestal, e realizada na cidade de Mogi das Cruzes, no dia 18 de novembro de 2013, às 17 horas, na Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, na Avenida Vereador Narciso Yague Guimarães, 281, Centro, Mogi das Cruzes/SP.

Em face da situação de excepcionalidade a demandar urgência na elaboração da ata da audiência pública em epígrafe e em cumprimento ao artigo 24 da Deliberação CONSEMA Normativa 01/2011, que determina que "O Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA lavrará ata da audiência pública, da qual constarão: data, hora e local da audiência, síntese das intervenções dos participantes e relação dos documentos entregues à mesa durante a audiência", faço encaminhar, em substituição à síntese referida, transcrição *ipsis verbis* do registro digital da audiência realizada.

"Sou Secretário-Executivo do Conselho Estadual de Meio Ambiente-CONSEMA. Para quem não me conhece, meu nome é Germano Seara Filho, sou o Secretário-Executivo do Conselho Estadual de Meio Ambiente-CONSEMA e tenho a função regulamentar de presidir as audiências públicas promovidas pelo Sistema de Meio Ambiente do Estado, projetos, EIAs/Rimas etc., enfim tudo o que tenha a ver com o meio ambiente e precisa ser discutido com a sociedade. Em nome do Deputado, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA Bruno Covas, gostaria de dar as boas-vindas a todos os presentes, os quais nomearei *a posteriori*. Cumprimento-os e chamo-os para compor a Mesa Diretora dos Trabalhos da audiência, que também é integrada por um representante da área responsável pelo projeto que se discute – e se encontra presente a socióloga e gestora ambiental Anita Correa Martins, Diretora-Adjunta da Regional Metropolitana e Interior da Fundação Florestal, e que também representa o Diretor-Executivo da Fundação Florestal. a quem chamo à mesa para estar comigo. Integra-a também até dois conselheiros do CONSEMA, eleitos entre aqueles que se encontram presentes. Além dos membros da mesa que já tomaram assento, saúdo, de modo especial, José Fernando Bruno, Secretário de Mineração da Secretaria de Energia; Romildo Campello, Secretário do Verde e Meio Ambiente do Município de Mogi das Cruzes; Caio Cunha, Vereador do Município de Mogi das Cruzes; Letícia Moraes, representante do Secretário do Meio Ambiente do Município de Suzano, e outros representantes de órgãos públicos, entidades civis, consultores, enfim, todas as senhoras e senhores que vieram aqui nesse final de tarde para participar da audiência pública que tem como finalidade apresentar e discutir as propostas de criação de **"Unidades de Conservação na Serra do Itapeti, abrangidos pelos municípios de Mogi das Cruzes, Guararema e Suzano",** de responsabilidade da Fundação Florestal, e realizada na cidade de Mogi das Cruzes. Como dizia, as audiências públicas, como o próprio nome indica, é o momento em que é apresentado publicamente determinado projeto aos interessados, quando todos têm direito à participação, de modo que se torna possível colher contribuições, críticas e opiniões sobre o projeto, para, se for o caso, melhorá-lo. O CONSEMA previu que as audiências se desenvolvessem em três grandes fases. Na primeira fase são feitas apresentações; em primeiro lugar, pelo responsável, que apresenta como está configurada a questão e quais benefícios que, com ela, se tenta auferir para a sociedade, e, em segundo lugar, são apresentadas, com detalhes, as propostas, para que possam ser discutidas. O tempo concedido para tais apresentações são 45 minutos. Passa-se para a segunda fase da audiência, aquela em que a palavra é concedida aos senhores do plenário, precisamente para

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

aqueles que se interessarem em dela fazer uso. Foi estipulado, pelo próprio CONSEMA, que a palavra será concedida, em primeiro aos representantes do Ministério Público que se inscreverem, enquanto defensores dos direitos difusos da sociedade, cada um com direito a 5 minutos. Na sequência, a palavra é concedida aos representantes das entidades civis, aqueles que se apresentarem com delegação de sua entidade para falar em seu nome, com direito também a 5 minutos. Subsequentemente falam os cidadãos e cidadãs que não representam órgãos públicos, mas têm direito à voz, se assim o desejarem. Para esse segmento o CONSEMA previu tempo total de 1 hora, concedendo 3 minutos a cada pessoa, podendo manifestar-se até vinte cidadãos e cidadãs. Na sequência, falam os representantes de órgãos públicos das três esferas: federal, estadual e municipal, podendo cada usar a palavra até 5 minutos. Solicito aos que ainda não se inscreveram, mas que desejam fazer uso da palavra, que se dirijam à recepção para que seu nome seja colocado na lista própria para ser chamado no momento oportuno para fazer a sua intervenção. Depois falam os representantes do CONSEMA presentes que se inscreverem, sempre por 5 minutos, como também os representantes ou membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente desta cidade onde a audiência pública se realiza; cada um terá direito a 5 minutos. Na sequência falam os representantes do Poder Legislativo que se inscreverem, cuja manifestação pode durar até 5 minutos, e, por fim, os representantes do Poder Executivo, secretários municipais, diretores e o próprio Prefeito, cada um por 5 minutos. A terceira parte da audiência pública é o momento das réplicas, comentários e repostas ao que tiver sido pronunciado durante a audiência pública, quando de novo será dada a palavra a quem representa a Fundação Florestal, para responder, em até 15 minutos, prorrogáveis, com a anuência da mesa, se necessário. Aquele que apresentará especificamente a proposta será concedido o tempo de 15 minutos, também prorrogáveis, se necessário. Tudo que aqui for dito será registrado na ata e qualquer interessado, a partir de hoje, terá 5 dias úteis, contados desta data, para encaminhar à Fundação Florestal o pleito, através de correspondência registrada ou protocolado aqui diretamente, qualquer contribuição que queira ver juntada ao processo para ser analisada. Dadas essas explicações, convido a socióloga Anita Correa Martins para que por 5 minutos nos diga qual é a proposta, como se encontra configurada e o que se pretende com ela. Convido **Anita Correa Martins**, Diretora Adjunta Regional Metropolitana e Interior da Fundação Florestal, para se manifestar: ‘Boa noite a todos, em nome do Olavo Mendes Francisco, Presidente e Diretor-Executivo da Fundação Florestal, cumprimento os demais membros da mesa, Doutor Germano, Daniel e todos os presentes. Convido-os para discutir conosco essa proposta de criação de uma Unidade de Conservação-UC com o objetivo de proteger esse importante patrimônio ambiental da região da Serra de Itapeti e apresentar para vocês como foi discutido e encaminhado todo o processo, que se iniciou com a criação de um Grupo de Trabalho-GT composto pelo Instituto Florestal-IF, pela Fundação Florestal-FF, pela Prefeitura de Mogi das Cruzes e pela Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo-RBCVSP. Depois houve todo um processo participativo, junto com a audiência pública que agora se inicia. Outro processo é aquele denominado Legislação Federal do Sistema Nacional de Unidade de Conservação-SNUC, que passa para o processo de consulta pública para a criação de uma UC. Da proposta inicial fizemos quatro oficinas que serão detalhadas pelos meus colegas que farão a apresentação da proposta, nas quais colhemos e recebemos uma série de contribuições à proposta que certamente será aperfeiçoada e trazida para discussão das pessoas que vivem no território onde cabe nossa proposta. Que nos fará apresentação é o Dr. Rodrigo, ele também é Diretor da Fundação Florestal e Presidente da RBCVSP, ele conhece a proposta e a região muito bem e vocês certamente que vivem no território sabem da importância de protegermos esses remanescentes que estão na Serra de Itapeti e criar uma proposta de gestão participativa desse território da qual os cidadãos que vivem nesse território possam tomar as decisões a partir da participação no Conselho Gestor, então obrigada a todos e boa audiência pública. **Dr. Germano:** Obrigado. Convido então o engenheiro florestal Dr. Rodrigo Antônio Braga Morais Filho,

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

coordenador-geral do GT novas UC do Estado de São Paulo para ouvirmos agora a apresentação da proposta por até 40 minutos, por favor. **Doutor Rodrigo Antônio Braga Morais Filho**, Coordenador-geral do GT novas UC e Diretor da Fundação Florestal e Presidente da RBCVSP[1]: Agradeço ao Dr. Germano Seara Filho, Secretário Executivo do Conselho Estadual de Meio Ambiente-CONSEMA pela presidência dos trabalhos, estava dizendo que para nós é uma grande honra e sinal de prestígio quando o Doutor Germano vem fazer a condução dos trabalhos de uma audiência pública. Queria cumprimentar todos nossos amigos presentes, hoje, os secretários e diretores municipais, vereadores, funcionários públicos de todos os municípios, proprietários e produtores rurais e colegas do Instituto Florestal. Boa parte de vocês já teve ocasião de ouvir essa apresentação porque essa audiência pública vem fechar na verdade um ciclo de várias reuniões e debates com a sociedade local e que servirão para engrandecer a proposta que está sendo trazida e vai ser mostrada a partir de agora. Essa apresentação vai ser dividida em dois momentos, primeiro vou fazer a apresentação da proposta que foi publicada como proposta da Fundação Florestal e da Secretaria do Meio Ambiente-SMA de criação de UC da Serra de Itapeti, na sequência a colega Elaine do Instituto Florestal vai apresentar o resultado das oficinas participativas que ocorreram nas duas últimas semanas. O contexto de UC tanto no mundo como no Brasil, é um processo extremamente necessário porque de forma geral o patrimônio natural do planeta tem sido reduzido de forma bastante acelerado e no Brasil a mata atlântica que é que essa área aqui em verde claro foi impiedosamente desmatada deixando sobrar apenas esses verdes mais claros que representam mais ou menos 10% de sua cobertura original. No Estado de São Paulo esse processo também se deu intensamente, o Estado continha originalmente 82% de seu território coberto por florestas e isso, pelos ciclos econômicos, a atividade agropecuária e vários outros setores, deu lugar a ambientes transformados retirando a floresta para outros tipos de uso e ocupação, especialmente ao longo do Século XX. Essa é a cobertura da vegetação atual no Estado de São Paulo, do que existia sobraram apenas 17,5%, e que é aquela vegetação responsável para gerar para nós, protegendo a diversidade de vida e ao mesmo tempo fornecer as condições para o bem-estar da sociedade paulista. Essa vegetação está bastante irregularmente distribuída, podemos ver que sobraram no interior do Estado apenas fragmentos com menor dimensão, essas manchas pequenas, enquanto na faixa mais próxima da costa é onde sobraram as áreas mais expressivas, as maiores da mata atlântica, uma parte dessas áreas que sobraram são chamadas de Unidades de Conservação-UC, que é uma forma de você proteger aqueles atributos naturais, os eco sistemas que formam e permitir que continuem existindo por tempo indefinido. Proteger o meio ambiente não significa apenas proteger o que chamamos de biodiversidade, os animais, as plantas, significa também proteger a própria espécie humana. Sabemos que existe uma ligação muito íntima entre, por exemplo, a disponibilidade e qualidade de água *versus* a quantidade de remanescentes de florestas e vegetações, e aqui temos um exemplo de praticamente todos os sistemas de abastecimento da SABESP na região metropolitana, estão abrigados nessa área que chamamos de cinturão verde. As áreas de vegetação e os corpos d'água são importantíssimos para refrigerar o clima. As nossas cidades que têm contribuído muito para elevação exagerada da temperatura e isso faz com que aumente a temperatura, diminua a umidade do ar e aumente a incidência de doenças, especialmente as cardíacas e respiratórias das pessoas, então esse é um mapa que registra a temperatura da superfície da terra, essas áreas mais vermelhas são bastante quentes, é o planeta com febre, a cidade com febre, a área de cor azulada é onde estão as florestas e as águas, são as áreas mais frescas, que possibilitam maior umidade do ar, maior conforto térmico e maior bem-estar das pessoas. Se por um lado é inegável a importância dessas áreas verdes para a vida das espécies todas e para o bem-estar das pessoas que vivem nessa região, temos uma ameaça

[1] A apresentação ocorreu com recurso visual do Datashow.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

muito grande programada para se dar nessa região em que vivemos, aqui é uma imagem de satélite, uma imagem que mostra a região metropolitana de São Paulo, a região de Mogi das Cruzes, essa área em roxo é a atual da mancha urbana das cidades e essa em amarelo é a projeção da expansão da mancha urbana para 2030, ou seja, se mantiverem as tendências atuais em 2030 essa área dobra de tamanho e cresce sobre as florestas, corpos d'água, a agricultura e o solo produtivo. Temos vários critérios e várias maneiras de falar que uma área é mais importante do que outra para protegermos. Existem vários estudos e levantamentos e um deles bastante importante é o relatório do projeto Biota FAPESP, que reuniu centenas de pesquisadores que definiram as áreas do Estado de São Paulo mais importantes para serem transformadas em UC ou corredores ecológicos, que são aqueles onde podem passar os animais, onde as plantas se reproduzem, e essa área da Serra de Itapeti foi considerada bastante importante enquanto corredor ecológico no Estado de São Paulo. Adicionalmente temos alguns compromissos para cumprir, do Estado, da Nação, e internacionais, e um deles recentemente assumidos foram as Metas de Aichi Nagoya, um compromisso de todos os países para até 2020 de proteger 17% das áreas terrestres e 10% de áreas marinhas e costeiras, então precisamos proteger mais áreas para poder atingir essas metas que foram acordadas por várias nações do planeta. Na nossa área na Serra de Itapeti o que vamos fazer, vemos aqui os limites da Serra de acordo com a Lei de 1985 que ocupa uma área bastante expressiva no contexto da região metropolitana, no contexto do cinturão verde que em 1994 foi declarado pela Unesco reserva da biosfera, um patrimônio de importância mundial. Essa área da Lei de 1985, que vamos falar muito, estabelece em perímetro para Serra de Itapeti de 5350 hectares sendo que 96% deles estão em Mogi das Cruzes, 3% em Guararema e 1% em Suzano. Essa é uma imagem de satélite que mostra, esse preto é o limite estabelecido por essa Lei 85, a estação ecológica de Itapeti gerida pela FF que já é uma UC assim como o parque natural municipal Afonso Melo em Mogi das Cruzes. Essa demanda para criar as Unidades de Conservação da Serra de Itapeti teve diversos momentos, e um GT que foi mencionado pela colega Anita dessas várias instituições, da SMA, pela Prefeitura de Mogi das Cruzes, foi formado para tentar trazer documentos técnicos de como poderia ser essa proposta, que é o que devemos debater hoje. Foram estabelecidos quatro eixos de trabalho: político-institucional, comunicação, gécnico-científico e participação social, que inclui essa audiência pública aqui. Esse GT composto por essas várias instituições não reivindicou fossem feitos novos levantamentos na Serra do Itapeti para propor essas unidades de conservação porque já existem muitos dados produzidos nessa região e a equipe considerou que com esses dados já existentes eram possível juntarmos todos, constatar a importância da Serra de Itapeti para a natureza, para a biodiversidade e para as pessoas e trazer essa proposta hoje. Foi examinada a serra e um perímetro de 5 km em torno da erra onde se examinaram o meio físico, com solos e hidrografia, o meio antrópico, o uso da terra e os planos diretores. Tampouco foi estudado o meio biótico e avaliadas a vegetação e a fauna, e, com base em todos esses dados, propostas as unidades de conservação que vamos debater hoje. Embora não houvesse sido elaborados estudos novos para a criação dessas unidades de conservação foram feitos sobrevoos de helicóptero para obter-se uma visão da paisagem na região – das florestas, das áreas de produção, dos empreendimentos econômicos – e realizadas visitas por terra também. Vou passar um pequeno resumo desses dados, que sempre estiveram disponíveis tanto na internet como nos sítios eletrônicos da FF e do CONSEMA, e que ainda podem ser baixados em “pdf” por quem quiser observar os detalhes dos estudos. De forma geral, do ponto de vista da água, a Serra do Itapeti abriga mais de 150 nascentes, já identificadas, contribui para o abastecimento da região metropolitana e é um divisor de águas da bacia do Alto Tietê. A parte sul da serra desce para a Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, que tem importância para o abastecimento metropolitano, e para a área norte da serra, para a Bacia Hidrográfica do Paraíba do Sul, que passa por todo o Vale do Paraíba e contribui para o abastecimento público da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Na parte do solo, sabemos que essa é uma região de relevo bastante movimentado, morros e solos frágeis, bastante vulneráveis à

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

erosão, então toda a cobertura do solo que não é floresta fica vulnerável a algum tipo de erosão, pode ter algum escorregamento grande, até mossorocas e erosões, toda intervenção nessa área é muito problemática, porque, em área montanhosa com solo frágil e muita chuva, se torna complexa a conservação do solo. Temos fotos que registram essa paisagem nesse relevo da região da serra. Do ponto de vista dos outros diagnósticos, do meio biótico, a vegetação da região é a chamada floresta ombrófila densa montana, nome bastante técnico para se referir à vegetação típica da mata atlântica. Essa vegetação da Serra do Itapeti é típica da mata atlântica, apresenta-se em diferentes estágios de regeneração desde a mata mais parecida com a capoeira até aquela mata mais adulta. Várias espécies, briotas, samambaias, orquídeas e mais de trezentas espécies de árvores na região – para se ter uma ideia, a Alemanha inteira possui quatrocentas espécies de árvores. A fauna e os bichos são inúmeros nessa região; temos cinquenta e duas espécies de mamíferos, sendo que sete só ocorrem na mata atlântica e seis ameaçados de extinção; colocamos aqui duas delas, a onça parda e o sagui da serra escura que vai batizar inclusive o refúgio de vida silvestre que vamos falar daqui a pouco. Existem duzentas e sete espécies de aves, sendo doze ameaçadas de extinção; quarenta espécies entre sapos e lagartos e cobras, quarenta sapos, três lagartos e oito cobras, várias espécies de peixes e seres rastejantes, araquinídeos, miriapodofauna. No meio socioeconômico a região justamente por estar na região metropolitana de São Paulo vem se organizando rapidamente e a comparação dos anos 80 com os dias atuais, tínhamos números da urbanização em Guararema maior de 50% e agora atinge 90% da população vivendo em área urbana. O índice de desenvolvimento humano nessa região também melhorou muito se comparado com o período de 91 para 2010, a qualidade de vida na região melhorou. Do ponto de vista da cobertura, uso e ocupação do solo, a região dos três municípios é bastante variada e tem uma característica produtiva bastante grande desde as espécies de silvicultura e eucaliptos, braquiária para a pecuária e espécies de hortifrutigranjeiros bastante característica dessa região, é uma região bastante representativa para a produção agrícola no âmbito da própria escala da região metropolitana de São Paulo. O uso, a cobertura e a ocupação da terra na Serra de Itapeti se formos somar mata e capoeira temos mais de 60% da serra coberta por vegetação, embora seja uma área que tenha graus diferenciados de alteração, de uso humano ainda resguarda 60% da mata, e com outros usos como 13% reflorestamento, chácaras de fim de semana, mineração, hortifrutigranjeiros, mas todos já em menor proporção. Para propor as unidades de conservação na serra tomamos como base a Lei 4529/1985 que já na década de 80 protegeu um zoneamento impondo restrições diferentes às várias zonas que subdividiram a serra, como se tivesse dado para região o regime de proteção parecido como o de uma unidade de conservação sem ser uma unidade de conservação. A Lei conferiu para região 4 zonas: ZPE- Zona de preservação ecológica I, II e ZPA-Zona de proteção ambiental I e II. As ZPEs são mais restritivas onde é proibido o parcelamento do solo e a ZPA I protege áreas de no mínimo 20.000 m2 e ZPA II proíbe a lotes menores do que 5.000 m2, então já existem restrições de uso do solo na serra do Itapeti e além da Lei de 85 existem 2 duas novas legislações que é a Lei da Mata Atlântica e o velho novo ou o novo velho Código Florestal, que reforçam a proteção da Serra de Itapeti. Nas áreas de restrição máxima da Lei de 85, a Lei da Mata Atlântica e o Código Florestal da área também determinam restrições, quase o congelamento da área, não pode fazer nada, principalmente na face sul na encosta da Serra de Itapeti, e as ZPAs que na Lei de 85 permite algum tipo de parcelamento também é possível fazer o licenciamento dessa área de acordo com a Lei da Mata Atlântica e o Código Florestal. As unidades de conservação que estamos propondo convergem com a legislação ambiental existente, a APA-Área de proteção ambiental está sendo proposta para as áreas onde é possível fazer o licenciamento e o Refúgio de Vida Silvestre-RVS está sendo proposto para as áreas que já existe restrição máxima pela legislação vigente nos dias atuais. A equipe de trabalho fez uma análise tentando responder à seguinte pergunta: a Lei de 85 protegeu a Serra de Itapeti? A resposta foi sim. Comparando 82 com 2010 a mata ciliar tinha 1% e em 82 e continuou com 1% em 2010, reflorestamento 14% nos dois períodos, campos antrópicos

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

passou de 18% para 8% o que pode significar que era campo e deu lugar para floresta, capoeirão diminuiu de 21% para 16%, matas adultas de primeira categoria aumentou de 21% para 41% e capoeira diminuiu 21% para 16%, todos números indicam que capoeira, capoeirões e campos regeneraram dando origem à floresta, então a Lei ajudou a proteger a Serra de Itapeti. O que estamos trazendo com essa proposta são novos instrumentos de proteção que além de continuar com essas restrições legais para proteger a serra, estamos trazendo instrumentos de gestão e econômicos que hoje não existem. Na parte final da apresentação, acho que é a que mais interessa para nós hoje, nos baseamos na Lei 9985/2000 a Lei SNUC, esse sistema, todo o país tem seu sistema de unidade de conservação, em 2000 foi criado o nosso no âmbito nacional, e o objetivo da unidade de conservação em qualquer uma de suas categorias é assegurar a proteção da biodiversidade e o uso sustentável por parte dessas áreas, o uso no regime da sustentabilidade. Temos duas categorias: proteção integral e o uso sustentável. Na proteção integral o objetivo principal é conservar a diversidade biológica, o tipo de intervenção que você pode ter nessas áreas é mínimo, é mais para educação ambiental, visitação pública, lazer, essas áreas são por exemplo a estação ecológica, reserva biológica e o parque natural municipal, estadual, ou nacional, e temos outras 2 categorias: monumento natural e RVS. Existem várias diferenças e semelhanças entre essas categorias de proteção integral, para citar algumas: as três primeiras quando o Estado cria uma estação ecológica, uma reserva biológica ou parque, é obrigado a desapropriar a área onde está sendo criada, e nos outros dois, o monumento natural e a RVS, não é obrigatória a desapropriação, o proprietário particular que existe pode continuar convivendo com aquela unidade de conservação e para proteção integral escolhemos a RVS que é uma modalidade que protege bastante e não precisa desapropriar, claro se o proprietário concordar com as regras de conservação, pode ficar ali a vida inteira. O grupo uso sustentável contempla mais categorias: área de proteção ambiental, acho que todo mundo já ouviu um dia falar de APA, área de relevante interesse ecológico, florestas, reservas extrativistas, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva de fauna e as particulares, a Reserva particular de patrimônio natural-RPPN, inclusive existe um pedido da fazenda Rodeio que essa área seja declarada RPPN. Sei que essa parte é um pouco chata mas é importante conhecer o conceito de cada categoria: a APA em geral é uma área extensa com certo grau de ocupação humana dotada de atributos biótico, abiótico, estéticos e culturais, especialmente importante para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais, que é o Artigo 15 do SNUC, portanto a maior parte da serra está sendo proposta como APA, que protege a área, os recursos naturais, mas possibilita atividades econômicas na área. A agricultura que existe na área pode continuar existindo? Pode. Os empreendimentos econômicos, a grande maioria deles podem continuar existindo, a única coisa é que depois mais para frente quando acontecer o plano de manejo, vamos combinar algumas regras como essas atividades econômicas podem ser feitas e desenvolvidas na forma mais sustentável possível, mas a APA não só não desapropria como não manda ninguém parar com a atividade econômica que esteja desenvolvendo. Aquela área da Serra que tem mais florestas, mais mata, estamos propondo uma categoria de maior proteção, mais restritiva, o RVS, que tem como objetivo proteger os ambientes naturais onde se assegure condições para a existência ou reprodução de espécies eu ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória, então é para áreas onde você tem vegetação e bichos importantes para a conservação da natureza, e essas áreas são importantes para a conservação dessas plantas e bichos, no caso a conclusão dos estudos que chegamos nesse período onde produzimos o relatório final é que essa área da Serra de Itapeti é que ela é muito importante para várias espécies de plantas e várias espécies de bichos, e quem vive na região sabe muito melhor do que eu até. Como já disse ela pode ser área particular, o proletário que não quiser que a área dele siga as regras de RVS pode desejar que o Estado faça a desapropriação, só que vou dizer uma coisa para vocês, essa área que a RVS que está sendo proposta, como já

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

mostramos a legislação atual já proíbe mexer na área, não são essas propostas novas que estão tornando a área restritiva, ela já é restritiva nos dias de hoje. Outra particularidade da Lei do SNUC é que quando você tem várias unidades criadas juntas umas das outras tem que criar um mosaico de unidade de conservação unindo a gestão dessas várias unidades, é o caso, e já vou mostrar. Já temos na região a APA da várzea do Tietê, a estação ecológica de Itapeti, o parque natural Francisco Melo, e está na fase final da criação uma reserva particular do patrimônio natural, e seriam propostas duas novas categorias, APA serra do Itapeti e RVS sagui da serra escuro, tomando emprestado o nome do macaco, símbolo da serra, e que tem na serra um de seus últimos locais de proteção, ele é ameaçado de extinção. As RVSs todas juntas formam 1400 hectares a serra do Itapeti que engloba todas as outras categorias, todas as outras unidades, 5350 hectares. Aqui é o desenho final, nessa área na cor salmão temos a APA da Serra de Itapeti, a área verde é o parque natural municipal Afonso Melo gerido pela Prefeitura de Mogi das Cruzes e essa outra área verde escuro na ponta da serra é a estação ecológica do Itapeti gerida pela FF/SMA, essas outras áreas em verde claro são as propostas para serem transformadas em RVS de maior proteção e de maior qualidade ambiental, como já disse a área maior é a APA, e em amarelo é a APA da várzea do Tietê que já existe, e todo esse conjunto vai ser transformado no mosaico de unidade de conservação Itapeti-Tietê, e a vantagem de um mosaico é que ele permite uma gestão integrada entre Prefeitura, proprietários particulares e o Estado. Qual a vantagem de criar uma unidade de conservação além de proteger a natureza e as pessoas que estão vivendo na Serra? Para possibilitar a conservação da mata, da água, diminuir a erosão do solo, e vamos ter mais presença com maiores intervenções por parte do Estado porque a FF vai assumir a gestão dessas áreas, vamos poder ter mais instrumentos de gestão participativa da serra, vamos ter conselhos consultivos dessas unidades que são formados pela sociedade e o poder público, a arrecadação do ICMS ecológico, os municípios que estão recebendo essas áreas passam a receber, aumenta o repasse do ICMS do Estado, e a possibilidade de investimentos de compensação ambiental, porque todo empreendimento que gera impacto ambiental o empreendedor paga 0,5% que vai para um Fundo que depois é distribuído para as unidades de conservação, e essa área vai poder receber os recursos desse Fundo. Esse processo foi bastante rápido, desde a tomada de decisão de fazer a proposta de criação das unidades de conservação no final de setembro, a audiência pública foi convocada em 21/10, hoje estamos fazendo as audiências públicas e em 18/12 a proposta vai ser votada pelo CONSEMA e a expectativa é que perto do dia 20 tenha a edição do Decreto de criação dessas áreas. Muito bem, já que o processo foi bastante rápido fizemos algo que não é tão comum, fazendo várias reuniões técnicas, várias oficinas e reuniões informativas com a população e o poder público para informar melhor e para recolher as propostas de como podemos melhorar nossa proposta, então além das reuniões técnicas foram feitas reuniões em Mogi das Cruzes em 06 e 12/11, e dia 12 também uma reunião em Guararema e dia 13 em Suzano. Vamos apresentar sinteticamente o resultado das oficinas. A Henriqueta e um grupo de cidadãos atuantes na região pediram, entre outras coisas , que mostrássemos nessa apresentação, ninguém está inventando a roda com essa proposta, ela já vem sendo pensada e maturada pela sociedade há muito tempo, desde a década de 80 já se formaram grupos da sociedade civil, ONGs e ações da Agenda 21 no sentido de proteger a Serra de Itapeti e o que está acontecendo aqui hoje é o momento de convergência de várias pessoas que há mais de 30 anos tem se esforçado para fazer nessa região da serra. Essa é a primeira parte da apresentação e agora vou pedir para minha colega Elaine fazer a segunda parte informando o que surgiram nas reuniões, e estamos fazendo um processo que já tem um resultado, já ouvimos a sociedade e o poder público nas oficinas e vamos ouvir hoje inclusive por meio de um questionário que foi distribuído para vocês, não sei se o Germano pode confirmar porque talvez seja a primeira vez que um questionário seja entregue para todos em uma audiência pública inclusive perguntando se você é contra ou a favor da criação do empreendimento, para aquelas pessoas que às vezes não querem se manifestar, que tem vergonha, etc, pode escrever no papel toda avaliação individual que

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

depois vai ser apreciada na configuração final da proposta. **Elaine**: Fundação Florestal. Boa tarde a todos e a todas. Foi convidada para fazer a apresentação final e trazer o resultado desse espaço ampliado de participação social para além da audiência pública, acho que até talvez fosse desnecessária minha fala porque o resultado dessa participação está distribuído na sala da audiência pública aqui, e vou tentar apresentar uma síntese desse material disponibilizado e estamos disponíveis para também tirar quaisquer dúvidas que vocês tenham em relação a esse processo. Como o Rodrigo mencionou tivemos uma primeira fase desse processo que foi a elaboração do relatório técnico-científico com os dados do meio antrópico, o meio físico e o biótico foram compilados e sistematizados. Foi feito o relatório e o mesmo foi disponibilizado no dia 23 de outubro e com a disponibilização desses resultados, foram dois relatórios disponibilizados, tanto na versão impressa no CONSEMA e nas Prefeituras de Mogi das Cruzes, Suzano e Guararema, como na versão eletrônica no site da FF e do próprio CONSEMA. Os relatórios passaram a ser divulgados no Diário de São Paulo e Diário de Mogi informando tanto da audiência pública como o local onde os documentos técnicos estavam disponíveis, e a divulgação também ocorreu com inserções na rádio metropolitana. A partir da divulgação desse material houve uma mobilização de diversos atores sociais para que pudessem contribuir com a proposta, e nesse sentido temos a audiência pública que é um espaço privilegiado para essas contribuições, porém a FF criou espaços ampliados de diálogos com a sociedade civil que se deram tanto na reunião ocorrida no município de Mogi das Cruzes quanto na inclusão de membros da sociedade civil para participar do GT, como também em outras reuniões setoriais que aconteceram nos municípios de Mogi das Cruzes, Suzano e Guararema. Essa participação também incluiu a alteração da nossa apresentação padrão com inclusão de informações que vieram da própria sociedade. Em termos gerais tivemos 182 participantes nas oficinas e nas reuniões setoriais de Mogi das Cruzes, Suzano e Guararema, e na reunião de planejamento. Os 182 participantes foram distribuídos em 8 GTs nas reuniões que tinham a dinâmica de oficinas, que foram as reuniões realizadas no dia 12 em Mogi das Cruzes e Guararema e no dia 13 em Suzano. Nas oficinas também foram distribuídos questionários para captar a percepção dos participantes em relação ao processo e tivemos o resultado de 30 respostas em relação ao total dos participantes das oficinas. Tivemos então, a maioria dos que responderam é do gênero masculino, 76% possuem graduação e pós-graduação, e um dado bastante importante, quase 90% dos respondentes já estiveram na serra do Itapeti e foram mencionados praticamente todos os lugares: Pico do urubu, Cruz do Século, parque municipal, estação ecológica. Tivemos 60% que já ouviram falar em outros momentos que existia a intenção de criar as unidades de conservação na Serra de Itapeti reiterando a informação que o Rodrigo passou, 74% têm conhecimento do que é SNUC, 70% conhecem os objetivos de uma APA e 60% conhece os objetivos de uma RVS, com relação ao refúgio os que responderam concordaram com os limites e categorias propostas para o refúgio e outros 27% disseram que novas áreas deveriam ser incluídas no desenho, no limite do refúgio. Também perguntamos em relação à categoria de área de proteção ambiental se eles concordavam com os limites e a proposta da unidade, 15% concordam com os limites propostos e a categoria, 43% disseram que novas áreas deveriam ser incluídas no limite, 12% que as áreas deveriam ser excluídas e 3% disseram não concordar com a categoria APA indicando a categoria parque. Como vocês podem perceber se puderem rapidamente passar os olhos nas contribuições, foram 182 pessoas distribuídas em 8 GTs contribuindo e manifestando as áreas que deveriam ser incluídas e áreas que deveriam ser excluídas entre outras questões relativas à gestão da unidade, por exemplo como deveria acontecer essa gestão, e procuramos por esse mapa sintetizar todas essas percepções, é claro que com 8 GTs não havia consenso muitas vezes dentro do próprio grupo ou entre os grupos, e o próprio mapa síntese que estamos apresentando na verdade representa o consenso que havia no grupo, só conseguimos espacializar aquelas sugestões e propostas que eram de consenso dos grupos, o que não foi consenso consta nas contribuições fixadas nas paredes e nos relatórios que depois serão

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

incorporados ao documento final a ser enviado ao CONSEMA, então de forma alguma quem participou das oficinas e por acaso não consegue identificar sua contribuição nessas três sínteses que vamos passar agora não é que elas não foram incorporadas, é apenas que não houve consenso em relação às mesmas. A primeira contribuição então é em relação à ampliação da APA com a proposta de ampliação ao norte e conexão com a várzea do Tietê, a segunda é o mapa síntese da proposta de ampliação da RVS incluindo a área da reserva legal da pedreira de Itapeti e um outro mapa síntese indicando onde estão os proprietários rurais da Serra de Itapeti, são 6 proprietários identificados nesse momento, residentes ou com estruturas na Serra. De forma resumida é essa a síntese do espaço ampliado de participação proporcionado e todos esses documentos incluindo as contribuições das oficinas serão consolidados e encaminhados ao CONSEMA onde ocorrerá a votação no dia 18 de dezembro após a análise da Consultoria Jurídica da Secretaria de Meio Ambiente e da Fundação Florestal. Germano. Presentes também o Bispo de Mogi das Cruzes D. Pedro Luis, Deputado estadual Luiz Carlos Gondim, João Francisco Secretário de Planejamento de Mogi das Cruzes, Odete de Souza, Marcos Forlam Vereadores de Mogi das Cruzes, Lucila Secretária Adjunta do Verde e Meio Ambiente de Mogi das Cruzes, nossas boas vindas a todos. Vamos dar mais 5 minutos para quem ainda não se inscreveu e deseja fazer uso da palavra para ir até nossa mesa de recepção colocando seu nome na lista que será chamado no momento oportuno, a palavra agora é com os senhores que já se inscreveram, primeiramente Jair Pedrosa Secretário da agência de desenvolvimento regional do Alto Tietê. Teremos até 5 minutos para cada um dos inscritos nesse segmento dos representantes da sociedade civil e depois falará Renato Augusto Abdo. Parece que o senhor Jair precisou sair antes mesmo. Renato Abdo, engenheiro agrônomo do Sindicato Rural de Mogi das Cruzes, Depois falará Marco Antônio Martins.

Renato Augusto Abdo, engenheiro agrônomo do Sindicato Rural de Mogi das Cruzes-Boa noite a todos. Algumas considerações que julgamos importante fazer sobre as unidades de conservação. Um entendimento que temos hoje na nossa situação atual em termos da preservação e conservação é que claramente devemos esquecer a questão do radicalismo, nem o radicalismos 100% ambiental e nem o 100% agropecuário, da mesma forma que precisamos de água para sobreviver precisamos dos alimentos. Esses dias em uma audiência pública em São Paulo ouvi pessoas falando que ninguém vive mais do que 3 dias sem água mas consegue viver 10 dias sem alimento, e que diferença faz, 10 dias de vida para uma população que tem expectativa de 65-70 anos, então não muda muita coisa. Precisamos de água e de comida. Para produzir alimentos precisamos de água também, então é muito claro e notório na visão do produtor rural que pratica a atividade agropecuária com as características da agropecuária do Alto Tietê que sua função não é degradar o meio ambiente, não é degradar e não é poluir, ao contrário é manter a sua atividade econômica, entretanto com viabilidade social, mas também respeitando as normas ambientais. O que acontece é que cada vez mais a agricultura e a pecuária vem enfrentando grandes dificuldades em seu processo de regularização e quanto mais Leis aparecem o impacto inicial é muito grande, assusta o setor, que passa a ter característica defensiva porque ele tem uma coisa muito interessante e peculiar, para que eles possam nos achar tem que rodar no campo batendo de porteira em porteira, e isso é caríssimo, sei porque a gente faz, então não sabemos quantos são, onde estão e o que fazem naquelas atividades, e se tivermos a complacência de tentar harmonizar a situação e trazer o produtor rural para perto desses debates e discussões teremos uma possibilidade de facilitar o processo de aproximação com esse produtor rural, escutar o que ele tem para dizer e promover políticas de desenvolvimento público para ele poder pelo menos se adequar à legislação. Não é possível a atividade de primeiro setor que produz alimentos para 20 milhões de habitantes, 10% da população nacional, ficar marginalizada da sociedade. Ele não consegue realizar a outorga porque não entende desse assunto, então temos de contratar um especialista, ele não faz licenciamento ambiental porque não entende, nós estudamos Leis há 13 anos e quando essa proposta chegou na minha mão, com mais de 100 páginas para ler, com mais de 5 Leis

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

para estudar sobrepostas, para que pudesse entender o que estava acontecendo, e ainda com uma Federação em cima porque represento um Sindicato e tenho a Federação da Agricultura que está em uma esfera superior na amplitude estadual, e que nos contesta, querendo saber o que vamos fazer e como vamos fazer visando a defesa do produtor rural. Entretanto em todos estudos verificamos que existe sim a possibilidade das unidades de conservação, como falei radicalismo para nenhum dos dois lados, entretanto solicitamos através de ofício ao Secretário do verde e meio ambiente, ao Superintendente da Fundação, que nos dessem mais prazo para estudar porque do dia 6 de outubro até hoje não deu tempo de descobrirmos nada, nem quantos produtores estão lá, e propusemos no projeto Perséfone da Prefeitura de Mogi das Cruzes que identifique os produtores estão lá dentro, quais são e quais atividades exercem, porque não podemos pensar em hipótese nenhuma extrapolar as áreas da primeira proposta se não sabemos nem qual vai ser a consequência e os impactos sobre as outras atividades que estão ali na Serra. Preservar essa unidade, a primeira proposta, já é um grande avanço, extrapolar isso, não sei, não temos nenhum estudo sobre isso, devemos entender melhor como está a situação naquele local, porque produtores podem ser prejudicados e vai prejudicar a sociedade amanhã, como a história do tomate, todo mundo reclamou que ele ficou caro e inflacionou o Brasil, mas ninguém pensou que foi por duas únicas semanas e só ficou caro porque ninguém tinha tomate para vender, o produtor rural não encheu o bolso de dinheiro, e não é ele quem gera a inflação, então são situações que temos que ponderar para poder equilibrar. Conservar sim, entretanto com estudos mais detalhados e que permita o contorno das áreas de produção agropecuária pois esses também além de preservar restringem o desenvolvimento desordenado dos núcleos urbanos porque eles querem ficar lá continuando a produzir alimentos porque aqui dentro dessa sala não conheço nenhuma pessoa que não comeu carne, ou ovos, salada, ou frutas ou tomou um copo de leite hoje, então precisamos deles e temos que mantê-los nas áreas de produção ensinando o processo de conservação. Obrigado. **Marco Antônio Martin**s, Diretor do Instituto Embu Sustentabilidade-A todos presentes nessa audiência pública onde estamos discutindo a formação dessas novas unidades de conservação da serra do Itapeti, técnicos da Fundação Florestal, membros da mesa, Deputados, Vereadores, Secretários e demais autoridades presentes, nosso querido Bispo Dom Pedro, boa noite. Sou gestor de meio ambiente da Embu S/A e Diretor do Instituto Embu Sustentabilidade, também conselheiro da Estação ecológica do Itapeti, da APA Embu Verde e do Conselho municipal de meio ambiente de Embu das Artes e do CADES na SubPrefeitura de Perus em São Paulo. Quero dizer que o grupo Embu está presente na região desde 1969 quando então comprou lotes da Cia. Melhoramentos Itapeti e esse loteamento parcelou uma área de 9 milhões de m2 em lotes a partir de 2 alqueires, e grande parte deles na serra do Itapeti. Hoje o grupo detém cerca de 5,5 milhões m2 de propriedades entre Suzano e Mogi das Cruzes parcialmente inserida nos limites da Lei 4529/85 que dispõe sobre o uso e ocupação do solo na região de Itapeti, Lei essa que no seu Artigo 23º respeita a atividade minerária já desenvolvida na região, a pedreira Itapeti da Embu em operação desde 1971. A pedreira desenvolve suas atividades de maneira totalmente sustentável buscando constantemente e incansavelmente melhoria nos indicadores de desenvolvimento social e ambiental. Nesses indicadores hoje destaco que de 1969, data de início da compra das propriedades, até os dias de hoje, conseguimos promover importante aumento nas áreas recobertas com vegetação nativa da serra do Itapeti, hoje temos mais de 52% da área recoberta por vegetação nativa, número portanto maior que a média de 45% de áreas com vegetação conforme foi relatado aqui hoje, e também ressalto outro número significativo, 40% das áreas do grupo foram protegidas como reservas florestais, o que significa que essas áreas protegidas nossas são quase duas vezes e meia o que nosso país ou nosso estado busca de áreas protegidas para respeitar as metas Aichi Nagoya. Da área de abrangência da Lei 4529 observo que conheço praticamente 10% dessa área, essa porção que eu e o grupo inteiro conhecemos em detalhes grande parte é de propriedade da Embu, na verdade se formos pensar na parcela sudoeste da serra do Itapeti aquela parcela que está a oeste da rodovia Mogi-Dutra,

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

conhecemos boa parte dessa área e esse conhecimento vem por exemplo das 7 campanhas de diagnóstico da Biota que foram feitas para subsidiar o plano de manejo da reserva florestal de Itapeti e esse trabalho inclusive mostra de forma clara o ganho ambiental promovido pela Embu com a recuperação desse ecosistema, alguns exemplos: já catalogamos mais de 100 espécies de flora, 40 de mamíferos, 106 aves, e outros 12. Esse diagnóstico foi patrocinado pelo Instituto Embu de Sustentabilidade e foram dois principais trabalhos sobre a Biota da serra para elaboração do relatório feito para essa proposta de formação das unidades de conservação da Serra de Itapeti e é com esse conhecimento da área e com o implantamento legal que afirmamos que existem áreas na propriedade que devem ser abrangidas pela unidade de conservação como APA ou RPPN, no entanto outras áreas como a área de operação da pedreira Itapeti não tem atributos para serem considerados unidade de conservação e portanto deve ser excluída dessa proposta de nova UC, outras áreas do grupo, reforçando isso, que são contínuas a área da pedreira Itapeti, que somam inclusive mais de 2,2 milhões m2 que incluem sim nossa reserva legal não fazem parte da solicitação de exclusão ficando portanto nos limites das novas UC, essas áreas, essas áreas sim tem de fato atributos para estarem dentro de uma UC, o que não ocorre com a área de operação da pedreira Itapeti, sendo assim apoiamos a ação da Prefeitura de Mogi das Cruzes na figura do Secretário Romildo, do Bispo, de fomentar junto à Fundação Florestal a criação desta e inclusive outras unidades de conservação desde que em áreas que de fato tem um atributos para serem unidades de conservação. Obrigado. **José Arraes,** Instituto Cultural e Ambiental do Alto Tietê-ICAT de Mogi das Cruzes-Boa tarde a todos, Dr. Germano, é novamente um prazer recebê-lo aqui. Minha fala tem início com a expressa e definitiva concordância com o processo de criação da unidade de conservação. Nenhum de nós da sociedade civil é contra, queremos acrescer, coisa que há mais 10 anos escrevemos em um documento que chamamos de Agenda 21, esse documento que hoje está sendo elaborado, tentamos de alguma forma fazer isso. Nossa grande surpresa, e até fizemos um ofício ao CONSEMA pedindo adiamento dessa audiência para podermos ter tempo de discutir o projeto. O projeto feito a duas mãos pela Fundação Florestal e pela Prefeitura de Mogi das Cruzes não previa a participação popular, quando ficamos conhecendo o projeto através da mídia imediatamente interpomos nossa fala junto à Fundação perguntando se não iriam ouvir e imediatamente protocolamos um ofício no CONSEMA para o adiamento dessa reunião para que pudéssemos discutir, foi quando daí surgiu a pressa de fazer essas 3 oficinas que foram feitas no tempo exíguo que foi feito, nessa de Mogi das Cruzes começou às 10h e terminou ao meio-dia, nunca vi uma oficina que demorasse menos que 10h de discussão e a nossa demorou 3-4hs, e a audiência de Guararema deve ter demorado menos, mas não pude ir, tem isso também, a sociedade civil se não for programada não tem como participar, ela trabalha, não tem todo tempo disponível, para amanhã poder participar das coisas, então fica na minha fala a forma como esse projeto foi apresentado, com tempo marcado para 20 de dezembro para o senhor Governador decretar, ora, vamos discutir como disse o Sindicato Rural, e nossas propostas têm que ser ouvidas e discutidas com técnicos da sociedade civil, não é só o Estado que tem técnicos, a sociedade civil também tem, e capazes de discutir com qualquer pessoa do Estado ou do município, e isso não foi profundamente feito, e não será nessa audiência pública com 5 minutos de fala que vou conseguir fazer uma proposta substânciada, quando começar a entrar no assunto acabou o meu tempo, como posso apresentar uma proposta substancial com tempo de 5 minutos? Não tem como, mas mesmo assim apresentamos, esta nesse painel, duas propostas fundamentais: a primeira a conexão da APA da serra do Itapeti com a APA da várzea do rio Tietê, mostrado no mapa, segundo a participação social da serra do Itapeti, as pessoas que moram lá estarem profundamente integradas com essa APA da serra do Itapeti, que consta da Agenda 21 que fizemos há 10 anos, e é só pegar a nossa Agenda 21 e copiar para o projeto, então temos grande temor que nossas posições ali inscritas não estejam incluídas, inclusas, no projeto que vai ser levado em conta, temos muito temor disso, aliás essa nossa dúvida quando participamos das oficinas o ponto principal era se nossas

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

opiniões seriam consideradas porque do contrário nos restam muito poucas alternativas para que possamos fazer isso, inclusive dissemos que excluir a sociedade civil seria inconstitucional, não poderiam excluir a opinião da sociedade civil. Quando fizemos o Plano diretor dos nossos municípios a primeira coisa era ele ser participativo, para a sociedade civil, para todos esses Planos diretores foram primeiramente ouvidos a sociedade civil, e não é esse projeto, que somos favoráveis, não somos contra muito pelo contrário, que vai ser excluída a sociedade civil, então minha fala tem esse protesto.

Germano- Aproveito para repetir o que falei no início, qualquer interessado terá de qualquer forma mais 5 dias úteis contados a partir de hoje para encaminhar a Fundação Florestal qualquer contribuição que queira ver juntada ao processo para depois ser analisada. **Mário Berti**, OSCIP Meeiros da serra Itapeti, Mogi das Cruzes- Boa noite, cumprimentando a mesa e todos presentes na dádiva que cai do céu que é a presença do Bispo que está nos ajudando a arrepender essa cidade e o meio ambiente. Na verdade minha fala não vai durar mais que 1 minuto, primeiro que sou contra o adiamento, e lembro quando Napoleão invade a Europa e vai para cima de Portugal o rei de Portugal pega o navio e vem para o Brasil, e quando ele chega aquela turba que estava aqui começou a cobrar um monte de coisas do rei, e o rei falava "adia, adia", e aprendemos com o rei a adiar as coisas. Não tem nada que adiar, no plano de manejo depois resolvemos as outras coisas. Minha fala é a frase "a natureza não se defende, ela se vinga" e na semana passada se vingou, já temos 5000 mortos, 1 milhão sem casas e sem nada. Obrigado. **Silvio Aparecido Marques**, Presidente Associação de moradores e produtores do bairro do Taboão, Mogi das Cruzes- Boa noite a todos: que não se adie mas pelo menos leve em consideração a contribuição de toda a sociedade que se manteve até o final. Vou aproveitar, fiz um texto e vou defender, segue anexo as fotos da serra do Itapeti sendo destruída com enormes plantações de eucaliptos para produção de celulose e lenha para alimentação de fornos da região. Observação: ao lado norte da Serra de Itapeti, a região da pedreira Embu, bairro Beija-flor, onde o eucalipto está dominando a serra já há muitos anos, o poder público fiscalizador e a própria Polícia Ambiental não tem feito nada, só fazem vista grossa, e provavelmente estão levando vantagens financeiras, porque para quem conhece floresta de eucalipto reconheceria com facilidade essa espécie que hoje está praticamente a alguns metros do topo da serra próximo das torres de transmissão e outros pontos da mesma, portanto tem que fazer algo para barrar essa exploração destruidora da serra porque além de causar uma grande destruição ambiental como o desequilíbrio ecológico principalmente na fauna e flora e destrói o solo, causa grandes de erosões, assoreamento em nascentes e córregos, lagoas e rios. Outro detalhe, as regiões que têm grande plantio de eucaliptos prejudica o crescimento do solo e o eucalipto acaba com toda a produção natural do local, principalmente as nascentes, e se levar em conta essa nova espécie de eucalipto plantada para fins de produção da celulose nem mais serve para beneficiar as abelhas na produção de mel porque essa nova espécie não chega a florar para alimentar as abelhas e são cortadas em pouco tempo da fase de crescimento, por volta de 2-3 anos, portanto só tem dado grandes vantagens financeiras aos donos dessas áreas, para o meio ambiente só prejuízo e destruição. Para finalizar também quero deixar bem claro que esse plantio de eucalipto é usados como estratégia para descaracterizar as regiões e locais com restrições ambientais para que no futuro facilite a obtenção de licenças ambientais junto aos órgãos públicos, conforme tem ocorrido em Mogi das Cruzes e região, por exemplo esse grande empreendimento imobiliário que está sendo construído no bairro do Rodeio em Mogi das Cruzes na antiga fazenda Rodeio que hoje é de propriedade da empresa Papel e Celulose Suzano, esse grande condomínio de luxo vai chegar ao topo da Serra de Itapeti na região do bairro do Rodeio. Essa área conheço bem, há muitos anos tinha vegetação natural e muitos animais silvestres, digo isso porque eu tinha um tio já falecido que era caçador nessa região e tinha falado para mim dessa riqueza, que foi descaracterizado com os eucaliptos e agora vai virar um gigantesco condomínio de luxo, portanto agora não podemos mais aceitar esses casos, se é para proteger a serra do Itapeti essa proteção tem

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

que ser de verdade e não só no papel, para que alguns de espertinhos usem para captar dinheiro e meter no bolso sem ninguém ver a cor desse dinheiro, como tem acontecido por aí afora. Outra coisa que deverá ser feito para que a serra do Itapeti seja protegida de verdade, além do eucalipto e de outras espécies exóticas a Lei deverá congelar as construções ilegais hoje existentes, e mais, criar e implantar um mecanismo de compensação para os proprietários legais para que tenham áreas preservadas dentro desse perímetro de proteção ambiental, e que essas compensações sejam desde as ações fiscais, apoio e reposição da vegetação natural da mata nativa, e principalmente que o poder público governamental pague em dinheiro os proprietários legais que se comprometam legalmente manter suas áreas protegidas e conservadas de forma correta ambientalmente, e assim a Serra de Itapeti será protegida de verdade e as próximas gerações poderão ver esse patrimônio como cartão postal da cidade de Mogi das Cruzes. Como batalhador das causas sociais e ambientais estarei lutando nessa nova batalha, nos ajude também nessa luta, participe e dê seu apoio. A natureza agradecerá. Só para encerrar porque a Serra de Itapeti está com muitos eucaliptos, e nesse corte para lenha, eles colocam fogo lá antes para depois usarem principalmente como lenha, então o eucalipto hoje é destruição, e em qualquer lugar, seja na serra, e até em Salesópolis que hoje é cidade natureza, mas para mim é cidade celulose, e não vai ter água em Salesópolis. Obrigado. **Maria Henriqueta Andrade**, Esauc-USP: Boa tarde. Cumprimento a mesa. Minha fala não é diferente do que já venho falando nas outras oficinas que tivemos referente à participação. Primeiramente, nós sociedade civil organizada somos a favor da criação das unidades de conservação da Serra de Itapeti, queremos melhorar, aprimorar a proposta que nos foi apresentada, e eu como educadora ambiental, há muitos anos, moradora de Mogi das Cruzes, apaixonada pela Serra de Itapeti, trabalhei lá por mais de 10 anos, fui responsável pela construção participativa da Agenda 21 local da Serra de Itapeti, então nós vimos muitas coisas acontecerem na serra e é preciso a participação das pessoas, o envolvimento delas, e isso já é um fato, já está constatado que apenas criar unidades de conservação não garantem que a área seja preservada, que sejam protegidas, porque se não envolvermos fazendo um amplo processo de educação ambiental, democratização as informações, as pessoas nem vão saber que estão morando em uma APA, que é o que acontece na APA da várzea do Tietê, temos essa APA, já existe há muitos anos, se não me engano desde 1987, muita gente mora na APA e não sabe que mora, não sabem a importância disso, e muita gente agora na Serra de Itapeti pode ter uma visão que vão criar uma unidade de conservação e vão tirar seus direitos, vão mudar toda vida deles, e se essas pessoas soubessem tendo informação garantida, e não só a informação mas a oportunidade de dialogar sobre isso, elas entenderiam melhor e contribuiriam melhor para a construção e para a criação dessas unidades de conservação, então quero reforçar o que alguns aqui já falaram, e que já foi dito em algumas oficinas, que o ideal seria ampliar o prazo para termos mais oportunidade de dialogar e chegar até esses moradores, agricultores ou não, pessoas que residem na Serra de Itapeti, para que pudéssemos dialogar trabalhando com essas pessoas para elas compreenderem a importância de uma APA, e a importância de uma unidade de conservação, se não vamos criar uma unidade de conservação, já falei isso e vou repetir, vai ser apenas mais uma estatística, ou seja, teremos aumentado o número de áreas naturais protegidas mas de fato essas áreas podem continuar desprotegidas porque não dá para pensarmos em conservação e preservação ignorando o ser humano porque as relações se dão da sociedade com a natureza que está colocada ali e é por isso que temos a natureza totalmente ameaçada, ela é ameaçada pelo ser humano, pela sociedade, e por isso eu como educadora ambiental sempre reforço essa tecla, precisamos envolver e trabalhar com a sociedade para que ela, para que a população como um todo, perceba a importância do que está sendo feito, do que está sendo criado, se não vai ser só mais uma coisa criada e talvez somente fique no papel ou talvez cause, gere muitos conflitos depois de sua criação. Caso não seja adiado, se realmente não tiver essa possibilidade de ampliar o espaço de tempo para conversar com os moradores da serra, então que as propostas que surgiram nas oficinas sejam de fato consideradas, porque surgiram

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

propostas muito boas, interessantes, e que não vai ser uma perda para a natureza nem para a sociedade, mas vão aprimorar a proposta apresentada pela Prefeitura de Mogi das Cruzes e pela Fundação Florestal, que pelo menos isso seja garantido, e esse processo de participação que aconteceu até agora seja considerado de fato e incluído para aprimorar a proposta, essa é a minha expectativa, é o meu desejo e acho que de todos que participaram das oficinas que aconteceram até agora, de uma forma assim a toque de caixa, então que seja considerado de fato nesse processo curto de participação. **Ricardo José Moscateli**, Organização Ambientalista de Guararema-Boa tarde a todos e a todas. Primeiramente gostaria de agradecer muito aos técnicos que estiveram em Guararema e o Governo do Estado também, e eu posso falar apenas em relação aos 3% que estão contemplados em Guararema, que na verdade é um oásis no deserto porque todo mundo fala que Guararema é verde, é protegida, mas a maioria do território é pasto e monocultura de eucalipto e esses 3% da Serra de Itapeti será o único espaço protegido, além lógico das APPs, essa vai ser a única área protegida por enquanto em Guararema e não sei se é o momento mas gostaria de aproveitar também para pedir, não sei se é para o Governo ou para o Instituto, para a Fundação, que estudassem também outras áreas em Guararema, proporcionalmente Mogi das Cruzes tem muito mais áreas de floresta do que Guararema, como eu disse a maioria lá é pasto, eucalipto, quem conhece a cidade sabe, mas a gente sofre muito com essa parte ambiental e queria pedir encarecidamente aos representantes do Governo e para o pessoal da Fundação a possibilidade de estudos, lógico que não é na mesma ocasião e na mesma oportunidade que está sendo criada agora a Serra de Itapeti, talvez não se tenha a mesma janela de oportunidade do que está acontecendo mas para os próximos anos, que também estudem novas áreas para Guararema. Obrigado. Passo a palavra a **Fábio Ferreira**, educador voluntário do Coletivo Socioambiental e desejo a todos e a todas, boa noite. É de se lamentar, não o projeto de criação dessa APA, mas sim o processo que foi muito prejudicado e a não participação acabou contribuindo para não enriquecer ainda mais esse processo. É de se lamentar muito o não envolvimento de Suzano, e quero ressaltar que Suzano não foi comunicado, não chegou aos órgãos e nem no COMDEMA ficamos sabendo, por meio da mídia, imaginem os moradores, não teve envolvimento para podermos ampliar essa proposta, quando veio, veio todo amarrado e com um processo às pressas, então participação popular não se faz dessa forma, às pressas, que não tem discussão, com uma ação efetiva, porque é como disse o Arraes - a sociedade civil também tem técnicos -, ela quer se envolver e contribuir com o processo, ela não quer ser excluída, não pode ser um processo de gabinete, construído só pelo poder público, como foi feito desde o começo do processo, nós percebemos dessa forma. É de se lamentar também, em Suzano houve uma oficina, eu participei, e as dificuldades que tiveram, com tempo curto para poder discutir e é lamentável ver técnicos da Fundação Florestal falar assim que não sei onde na questão da APA não teve nem isso , é de se lamentar porque acho que tem que garantir a participação popular, não podemos ficar nesse teatro, fingindo, achando que as coisas podem ser feitas a toque de caixa, tipo papel em branco que vai de qualquer forma. Não é assim, acho que não podemos aceitar um processo como esse. A sociedade civil quer participar e se envolver e tem muita gente com propriedade para falar da Serra de Itapeti, e também percebemos que não houve envolvimento dos moradores, sentimos muito a falta dos moradores da própria Serra do Itapeti, porque aí vai ficar no *zumzumzum*, eles não sabem o que é isso, só nós que estamos aqui ficamos sabendo da proposta e ai eles falam que vai desapropriar todo mundo e aí todo mundo vai acreditar porque não teve o envolvimento dos moradores e isso acaba agitando o processo porque também não foi dada a oportunidade de ter o olhar de quem mora na Serra de Itapeti, então deveria ter sido garantido isso e nosso Coletivo defendeu, inclusive, o adiamento dessa audiência para ter tempo maior e poder garantir a discussão, esse envolvimento, e um processo de fato de educação ambiental, porque não dá mais para admitir no Estado de São Paulo uma audiência pública que, sinceramente, vai ficar só no *blábláblá*, e sabemos que no final das contas muitas coisas não vão ser superadas, então é uma preocupação, o

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

tempo foi curto e não deu para discutirmos, infelizmente, para avaliar bem a proposta, a Serra de Itapeti tem uma extensão muito grande como vocês podem ver no mapa e acho que dois meses é muito curto para discutir na dimensão da Serra de Itapeti, precisaria ter envolvimento de fato dos moradores, de quem estudou a Serra de Itapeti, que trabalhou com a Serra de Itapeti e quem vive e convive com a Serra e acho que isso foi uma das coisas que pecaram no processo, isso tem de ser salientado. Suzano também foi muito prejudicado, foi difícil o processo, e acho que teria que ser garantido melhor oportunidade para Suzano também dentro desse processo, então para finalizar queria mandar um grande abraço para o Bruno Covas, agradecer ao CONSEMA, mandar também um grande abraço, e agradecer a participação nesse teatro chamado participação popular faço uso da palavra. Um grande abraço . Solicito que **Jair Pedrosa**, Secretário da Agência de Desenvolvimento Regional do Alto Tietê, faça uso da palavra. Boa noite, obrigado, tive que me ausentar, mas estava desde o início e, de certa forma, colaborei com a divulgação com essa audiência através das redes sociais porque acho extremamente importante que tenha um apoderamento da população e das entidades da sociedade civil nessas discussão. Achei realmente, se for pensar nos dois meses, acho que foi um trabalho árduo das pessoas, dos técnicos e parabenizo pela rapidez de fazerem isso, mas só acho que deveríamos ter tido um tempo maior também. A Agência de Desenvolvimento Regional do Alto Tietê engloba os onze municípios, tem sua sede na cidade de Suzano e é uma entidade, assim como a Agência de desenvolvimento do Grande ABC, uma entidade que engloba também a sociedade civil, os sindicatos, os empresários, e seria importante levar essa discussão para dentro da Agência, e também para dentro da AMAT que é o Consórcio dos municípios onde participam os Prefeitos das onze cidades aqui. Assim poderíamos ter um apoderamento maior desse processo, porque tenho muito receio que acabar acontecendo com um Decreto, de cima para baixo, de forma que até dezembro o Governador assina, o Bruno Covas assina e a população não sabe muito bem o que isso representa. Sei que, tiveram oficinas, participei de algumas delas, mas poderia ter sido melhor, e de qualquer forma a proteção da Serra já está dada por algumas Leis, que tem 28 anos, e esse processo vem a reforçar, nós esperamos que agora através da Lei, que ficou estipulado no Decreto, a sociedade civil consiga ser inserida nesse processo todo e a Agência se coloca à disposição na medida em que temos muitos Diretores que participam também de outras entidades do meio ambiente e poderão dar sua contribuição. Obrigado . Passo agora a palavra, para os dois cidadãos que não representam órgãos públicos e nem órgão civis. Três minutos para Sérgio Luiz e depois mais 3 minutos para Rubem Diego Malta. Boa tarde, sou **Sérgio Luiz**, tive a oportunidade de trabalhar, em 2009, na fazenda Rodeio e queria parabenizar a iniciativa da Fundação Florestal, a equipe técnica que trabalhou com a visão de finalmente dar uma cara única para Serra de Itapeti, ela tem a oportunidade de conservação e agora vai ganhar a oportunidade de ser tratada de uma forma orgânica, e queria aproveitar para dizer que defendemos firmemente a criação de uma RPPN para integrar esse grande corredor da Serra e essa preocupação que nós temos com a parte alta da Serra que foi uma preocupação que tivemos também com a RPPN, vai ter um plano de manejo e agora está integrada na APA, e o plano deverá considerar essa preocupação de manejar essa área para que a vegetação natural retorne. Queria dizer também que estamos muito satisfeitos com a proposta de criação do mosaico justamente para dar essa visão de integração não só da Serra mas da Serra em relação às APAs, então parabéns e muito obrigado . Boa tarde a todos, sou **Rubem Diego Malta,** um dos proprietários da Serra de Itapeti, tenho uma pequena propriedade rural. Queria deixar claro, Senhor Germano, ao pessoal da mesa, a falta de publicidade, não houve nenhuma divulgação, acabei descobrindo por um vizinho meu que chegou no sábado dizendo que estava acontecendo algo, e não sabíamos o que era, no domingo tive acesso ao documento, li super por cima não deu para ver, não tive como ler nada praticamente, então peço à mesa, e não só eu, vários pediram, o adiamento dessa audiência pública porque não há participação direta da sociedade. Fica muito difícil dizer se apoio ou não se não tenho nem informação, fica muito complexo discutir algo que nem sei o que é, os

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

moradores não sabem, dos moradores que vieram aqui, quais descobriram, leram os projetos? Nenhum. Com todos que conversei, as decisões vieram de cima para baixo. Outro ponto que não está claro para a gente é o projeto, quais são as regras futuras? Estamos assinando um cheque em branco para vocês. Não tem regra, o projeto é muito abrangente, como vai se dar a gestão participativa, qual a parcela dos produtores, dos proprietários? Fica muito escuso. Peço à mesa uma nova audiência e uma forma de se organizar e discutir, porque está muito escuso e um processo de trinta anos não pode ser decidido em dois meses, e vou repetir o que está sendo falado porque não tive tempo de ler, não sei se meus colegas também participam desse desabafo. Outro ponto é a contrapartida do Estado, essa população também têm demandas, não é criando um Núcleo que vai resolver o problema, nós temos problemas em educação, logística e mobilidade nessa região. Do meu ponto de vista não posso discutir porque não conheço o projeto, como vai funcionar isso no futuro, vai poder ter iluminação pública, colocar asfalto? Então porque fizemos? Tudo está sendo discutido, tudo por vocês, nós não somos ouvidos, e cinco dias para a contribuição é um absurdo, em cinco dias vamos conseguir ler o projeto, não vamos tirar nada disso, então peço a mesa que leve isso em consideração, vamos discutir de novo isso, vamos ouvir todos os atores sociais, a população, essa questão do ambiente não vai ser resolvida só criando uma unidade de conservação, tem fatores econômicos, educação ambiental, e sem isso não vai ser resolvido, então peço como todos pediram, tirando nosso amigo que quer um pouco mais de pressa, respeito também a opinião dele, mas já temos Leis que abrangem e não temos necessidade de correr com esse processo, podemos discutir um pouco mais. Obrigado a todos. Agora passo a palavra aos representantes de órgãos públicos, Letícia Moraes, Diretora de Meio Ambiente de Suzano e depois dela, Gerson Benedito de Barros. Vocês têm cinco minutos, cada um para se manifestarem. Sou **Letícia Moraes**, boa tarde a todos. É uma satisfação imensa estar aqui. O material para audiência pública desde o primeiro dia foi protocolado na Secretaria e estava à disposição no paço municipal. Peço humildemente, de coração, desculpas por não poder entregar cópia pessoalmente na casa de cada um, é humanamente impossível um gestor público fazer isso. Agradeço muito a fala do meu amigo Renato Abdo. Achei extremamente importante as considerações, e vejo que é consenso de todos reavaliar o processo, mas é uma situação que já existe respaldo legal, a única coisa que considero dentro de todas as contribuições a mais é que a ampliação, a expansão precisa sim de estudos específicos, não cabe nesse momento ampliação dessa unidade de conservação, que sigam os estudos pertinentes, as áreas abrangidas, os atores envolvidos, mas a expansão da mesma é para um segundo momento. Essa é a colocação do município de Suzano. Sou **Gerson Benedito de Barros**, representando o SEMAE de Mogi das Cruzes, boa noite a mesa, e a todos os presentes. Minha manifestação vai ser bastante rápida. O SEMAE, uma autarquia responsável pelos serviços de água e esgoto de Mogi das Cruzes, manifesta-se como membro do Conselho Municipal de Meio Ambiente, favorável à criação das novas unidades de conservação propostas na Serra do Itapeti. Entendemos que tal oportunidade na verdade é uma concretização de um anseio da população de Mogi, a Serra de Itapeti, além de toda a biodiversidade e expressão cultural provê um dos mais importantes serviços ecossistêmicos de qualidade com a manutenção de mais de uma centena de nascentes e córregos em um meio tão precioso e essencial para a sobrevivência de todos. Muito obrigado. Passo a palavra para o último inscrito do poder legislativo, Deputado Luiz Carlos Gondim. Boa noite a todos. É um prazer muito grande estar com vocês participando da primeira reunião sobre essa unidade de conservação, cumprimento o Dom Pedro, todo o tempo fiscalizando. Tenho uma proposta que estou achando democrática, praticamente 90% dos que usaram esse microfone não teve ninguém contrário à criação da unidade de conservação, mas todos pedem um prazo ou uma outra audiência pública para que possa trazer e ver como foram escritas e recebidas as apresentações, os pedidos trazidos pela população. Acredito, tenho certeza disso, que muita gente não chegou a ouvir ou a receber o convite, e se conseguirmos fazer uma nova audiência trazendo a participação e saber como vai ser feito esse plano de manejo, a situação dos

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

agricultores que já existem ali, da própria pedreira, acho que essa participação e apresentação para a população, e uma audiência, faz com que a SMA realize o projeto enviando para o Governador e ele enviando para a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - ALESP, seja mais democrática para os presentes aqui, se vocês puderem nos dar a oportunidade, ou seja, da população participar, e trazer, deixar essas ideias realmente por escrito de como irá acontecer com o final desse processo, eu como Deputado ficaria mais esclarecido e evitaríamos audiências dentro da Assembleia que são necessárias, mas podemos fazer mais uma aqui pelo menos, muito obrigado. Agora falam os representantes do poder executivo, cada um com 5 minutos. Sou **José Fernando Bruno**, Secretário de Mineração da Secretaria de Estado de Energia, boa noite a todos, cumprimento o Germano, e em nome dele todos funcionários da SMA. Nossa participação aqui é muito rápida e simples. O Estado criou uma Subsecretaria de Mineração para discutirmos as políticas minerárias do Estado e estamos atuando muito firmemente no desenvolvimento do trabalho de ordenamento territorial geomineiro do Estado de São Paulo, lançamos recentemente um mapa da produção mineral e queríamos, nessa oportunidade, nos colocarmos à disposição para aquilo que for informação sobre o subsolo, porque teve muita discussão sobre fauna, vegetação, e é isso mesmo parabéns para a Fundação e para Mogi das Cruzes que está propondo, no entanto há essa preocupação do subsolo no Estado de São Paulo que é protegido por uma política federal através do DNPM-Departamento nacional da produção mineral e pelo Ministério de Minas e Energia e São Paulo hoje tem essa Subsecretaria que já propôs um convênio com o DNPM para assessorá-lo e subsidiá-lo nas atividades dentro do Estado de São Paulo, e o próprio Código Mineral está sendo discutido e com muita ênfase na Câmara Federal propondo a transferência de competência e uma série de coisas para o Estado de São Paulo, que está se preparando com o Governo do Estado através da Secretaria de Energia através do nosso Secretário José Aníbal para isso, então nos colocamos à disposição para qualquer informação para que amanhã quando aprovado com alguma restrição, com o aumento das restrições ambientais não tenha conflito com algum requerimento de lavras, de pesquisa minerária, que é todo feito em Brasília, e em alguns instantes às vezes até a gente desconhece algumas atividades, algum proprietário até possa desconhecer que sua área tenha sido requerida, então nesse sentido nos colocamos à disposição para que a Fundação Florestal nos consulte tecnicamente para podermos subsidiar ajudando a decidir no que possa ter de futuro conflito com alguma mineração e sugerir tecnicamente soluções. Muito obrigado. Sou **Romildo de Pinho Campello**, Secretário do Verde e Meio Ambiente de Mogi das Cruzes, boa noite a todos e a todas. Nossa Serra está protegida por uma Lei Estadual de 1985, resultado de um processo social onde a cidade se mobilizou, - uma mobilização social - naquela época que gerou essa Lei Estadual do falecido Deputado Estadual Maurício Naja, e ela antecipou em quinze anos a Política Nacional de Proteção de Áreas Naturais, o SNUC, mas isso que foi aprovado está há treze ou quatorze anos defasado, há treze ou quatorze anos qualquer um de nós aqui, qualquer entidade, qualquer cidadão, poderia ter pleiteado para o Governo do Estado, para Fundação Florestal, o reconhecimento dessa área com uma APA ou como uma unidade de conservação, não foi feito, foi feito agora porque houve sensibilidade da SMA, da Fundação Florestal, dos técnicos que estão aqui, e do Secretário Bruno Covas, todos os Secretários de 2000 para cá também poderiam ter feito isso, mas não fizeram, o momento histórico agora é com o Secretário Bruno Covas, com toda a equipe da Fundação Florestal. O modelo atual da Serra só traz um grande benefício para a cidade como um todo de ter essa Serra protegida, mas nenhum benefício para quem mora lá, quem mora lá já ouviu falar que é área verde, área protegida, área ambiental, seja qual for o nome, vivem sob uma legislação de proteção ambiental com todos os ônus de viver sob uma área de proteção ambiental, mas não tem bônus nenhum por isso, não ganham nada por isso. Nossa proposta, iniciada pela Prefeitura de Mogi das Cruzes e aperfeiçoada por todo esse processo é trazer os bônus para essa população, a parte boa dessa história para não ficar só com o osso, só a casca, ou o caroço para quem é vegetariano, com a parte boa da fruta e com isso trazer proteção, fiscalização, o dinheiro para

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

proteger, o dinheiro para ter serviços ambientais, e tudo mais. Claramente nossa proposta é ficar nos limites da Serra de Itapeti sem expandir para o norte ou para o sul, porque se a crítica é que não há diálogo, amplo debate com os moradores, quanto mais para quem está fora da Serra, quanto mais para quem é agricultor no Taboão e nas outras áreas que não mora em uma área de proteção ambiental nenhuma, aí sim sou contra, sou a favor de aprovarmos esse processo para começar no dia seguinte o pedido para estudar a ampliação e todas propostas apresentadas nas oficinas, mas estudado, com conversa e diálogo, com o morador, o produtor, o agricultor, para aperfeiçoar essa proposta à luz do que temos hoje aqui com essas informações, com esse aperfeiçoamento que é fundamental, mas restringindo ao perímetro. Os ajustes que o Dr. Bruno colocou aqui agora de qualquer revisão que precisar, mas nesse perímetro, não podemos invadir, porque aí alguém pode acordar no dia seguinte no Jardim Araci ou no Taboão e falar que agora estão em uma APA, isso sou radicalmente contra, sou a favor sim de fazermos a aprovação dessa Lei, seguir esse cronograma, aproveitar a oportunidade de trazer recursos para cá, de proteção, de fiscalização, aumento de ICMS, a possibilidade de levar projetos e até imaginar pagamentos por serviços ambientais para quem mora lá, dinheiro para quem protege a floresta, dinheiro para quem tem a mata, a árvore em pé, mas aproveitar essa oportunidade que temos hoje no momento que temos essa proposta e começar sim o caminho seguinte que está plantado nas oficinas, nós tivemos oficinas, discussões, diálogo para ampliar, para conhecer e começar esse novo processo de ampliação, e fica aqui registrado Dr. Germano o compromisso, e está ai também o Secretário de Planejamento, a Prefeitura de Mogi das Cruzes tem um compromisso que é também do Prefeito Bertaiolli, da administração, de mudar nossa Lei do uso do solo para fazer a conexão entre a APA Serra de Itapeti e a APA da várzea do rio Tietê, da Lei municipal, diálogo com a população ouvindo os moradores da Volta Fria, ouvindo os moradores que estão fora da Lei da Serra e que estarão em um corredor ecológico e um novo zoneamento, mas claramente respeitar quem mora lá, respeitar os direitos de quem está lá, e não ampliar esse perímetro sem o mais amplo diálogo, sem o mais amplo estudo, juntando as informações, e que fique muito claro, foram 30 anos de pesquisa da Universidade Braz Cubas, de Universidade de Mogi das Cruzes; da Biobras; Grupo MEL; Henriqueta com sua dissertação de mestrado e um monte de gente que estudou por 30 anos a Serra do Itapeti, a reserva ecológica, e todos que estudaram, 30 anos de pesquisa e 3 meses de compilação dessa informação para juntar informação compondo esse relatório. Para fazermos isso em outras áreas não vamos demorar esses 30 anos, mas tem que começar um novo estudo, um novo processo, e é o pedido que teremos na sequência, conquistar essa área da Serra do Itapeti com a proposta que temos e depois sim estudar a ampliação, os novos contornos dessa APA e dessa unidade de conservação mas claramente não perder a oportunidade histórica que temos hoje aqui de aprovar esse relatório, encaminhar positivamente ao CONSEMA e reforçar o pedido ao Secretário Bruno Covas que seja sensível a essa proposta e reconheça a biodiversidade, a importância ambiental, cultural e paisagística da Serra de Itapeti. Essa é a posição da prefeitura de Mogi das Cruzes. Muito obrigado. Terminamos a segunda parte da audiência pergunto se há ainda alguém que queira fazer manifestação. Por favor, Dom Pedro Luiz Stringhini, Bispo de Mogi das Cruzes, obrigado. Queria cumprimentar os senhores do Governo do Estado, da Fundação Florestal, também o Secretário Romildo, Deputado Gondim, todos aqui, e dizer que sinto que há muita sintonia no que se fala, só há uma questão de prazo, a minha tendência, e sou meio apressado, minha tendência é não espichar demais, quer dizer, temos que ter prazo e fazer tudo o que queremos dentro dos prazos porque uma discussão de três meses ou de três anos, às vezes não muda muito, às vezes quando temos muito tempo descansamos e a coisa vai ficando e acho que é o momento histórico como o Secretário acabou de dizer, sobretudo porque há muita sintonia e porque não é o problema do mundo que estamos resolvendo, estamos resolvendo o problema da Serra de Itapeti e depois outros passos, tem gente que está estudando aqui há vinte anos, ou mais, e eu estou chegando somente há um ano, completo domingo, não posso pedir que demore mais vinte

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

anos para acompanhar para chegar lá quando você já chegaram, não, temos que correr, então nesse sentido, sobretudo dada a gravidade da situação ambiental, e basta olhar o mapa que foi apresentado, nós compomos aqui o cinturão verde e vivi nesses últimos três anos, em Franca, não é uma das cidades mais degradadas, mas saindo de lá, na região de Ribeirão Preto e Barretos, em todo norte do Estado, está desastradamente mal preservado, não abandonado mas também com canaviais, queimadas, nada de florestas, então temos responsabilidade para correr atrás, no fundo estamos correndo atrás de tantos prejuízos, por isso não temos mais tempo de ficar pleiteando, sobretudo que não seja algum capricho a mais na linha da participação, da democracia, quer dizer uma situação de democracia também requer eficiência, requer agilidade, então acho que temos possibilidade sim e vejo muita confluência entre o que fala o Estado, entre o que fala o Município e o que nós da sociedade civil estamos falando e pleiteando, nesse aspecto é bastante claro, é bem delimitado, não estamos falando de tudo estamos falando desse aspecto bem delimitado e acho que é muito importante sim que tudo isso seja agilizado para fazermos o máximo nesse tempo que temos. Mais uma oportunidade de fala e vamos encerrar. O senhor pode se apresentar, por favor. Sou **Higiro Hota**, boa noite. Sou conhecido como Paulo pela maioria das pessoas. Só queria complementar a fala do Secretário, porque lá temos o problema que temos nessa questão do meio ambiente e outras legislações, porque com base nas audiências públicas e tudo isso é que se faz o Decreto e o Código Florestal, o código de meio ambiente já tem no Estado, mas pouca gente conhece. O que acontece? Se esse estudo que está sendo feito agora for simplesmente para um outro Decreto vai continuar desse jeito mesmo porque existe o Código e estão destruindo tudo, não é? Ninguém segura, então a legislação, pode ser aprovada já agora como estão falando, mas que coloquem um item, um Artigo, que a cada dez anos façam um reestudo, e assim por diante, porque um mandado termina em quatro anos e cada um faz o que quer, por isso esse país está encalhado, por isso precisa que cada mandado tenha um programa de pelo menos dez anos, então aprovamos o Decreto de preservação da Serra de Itapeti e coloca um Artigo para esse trabalho, e o pessoal responsável por isso continua trabalhando junto, junto com os proprietários, se não daqui há 30 anos o Secretário estará careca de novo, e não vai ter água porque do jeito que plantam eucaliptos a água seca. Denúncia, a denúncia não adianta muito aqui no Brasil, por enquanto. Uma vez que aprovar uma condição de trabalho dentro de uma legislação, aí sim as coisas acontecem, a educação é a mesma coisa, a cada quatro anos muda o Governo, Mogi avançou na educação porque pelo menos durante dez anos teve uma boa Secretária, continuou, então precisamos ter projetos, em todos os setores, mesmo em um setor crucial como é a agricultura também se isso não acontecer vai ser um deserto, pode aprovar daqui seis anos, daqui a vinte dias, que vai ser a mesma coisa. Obrigado. Encerro, portanto, as intervenções em plenário e vamos para a terceira e última parte da audiência pública para que sejam dadas as respostas do que precisa ser respondido e sejam feitos comentários do que foi produzido durante a audiência. A socióloga Anita Correa tem alguma coisa para dizer? Gostaria de tecer dois comentários: um em relação ao tempo, evidentemente gostaríamos de ter examinado esse processo antes com as contribuições dos senhores mas acho que isso está ligado a oportunidade e o Romildo colocou bem, pode ser uma oportunidade única colocada nesse momento que temos essa junção de forças, e as propostas estão sendo consideradas e estudadas no âmbito do que foi feito nas oficinas, e uma série de dúvidas levantadas em relação às restrições, usos, vão ser definidas em um momento posterior que será a elaboração do plano de manejo, que é um documento técnico, e vai ter um estudo mais ampliado e mais minucioso de tudo que foi apresentada aqui, vamos fazer o zoneamento dessas áreas e uma série de programas que vão definir esses usos, prazos, responsáveis, recursos destinados, enfim, sempre com a participação popular, o processo, a despeito do que as pessoas colocaram, evidentemente é pertinente, dois meses, de fato é um prazo exíguo, não é o que desejávamos, mas nos esforçamos para fazer o máximo possível de oficinas e divulgação, tanto no que dizia a Lei com esses outros articuladores que pudemos acessar as formas que poderíamos levar para a maioria das

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

pessoas, mas esse é o caminho e o templo que temos para enriquecer essa proposta, e a oportunidade do tempo. Pedimos para que o Dr. Rodrigo responda as perguntas e faça os comentários com tempo de até quinze minutos pode dizer tudo que for conveniente. Sou **Rodrigo Antônio Braga Morais Filho**, muito obrigado, concordo plenamente com a fala do Bispo e, a despeito de todas as observações e críticas que o projeto suscita notamos uma convergência, quase unânime, que a Serra precisa ser protegida, e a categoria das unidades de conservação nos parece a mais adequada. Sempre é difícil fazermos um processo assemelhado ao perfeito. Queria fazer algumas reflexões sobre o tempo, o que o tempo representa quando fazemos bom uso dele. Recorro a uma das apresentações que fiz quando mostrei o que se espera da Região Metropolitana de São Paulo, para dezessete anos, em 2030. Mantidas as tendências atuais sobrarão poucas áreas verdes como essa da Serra de Itapeti, então é uma reflexão coletiva que quando nos esforçamos para tomar atitudes elas têm que ser tomadas, implementar as que tem que ser implementadas, ou vamos perder a batalha. A proposta da Serra de Itapeti não é a única proposta de criação de unidade de conservação no Estado de São Paulo, aliás é importante ressaltar que existe dentro da SMA o recente plano de expansão das áreas protegidas, é uma agenda estadual de ampliação das unidades de conservação no Estado, e para isso temos várias iniciativas já em curso, iniciativas como as famosas 10 áreas de Biota que estão sendo estudadas pelo Instituto Florestal, outras iniciativas pontuais propostas por grupos ou universidade, e se formos compilar vamos ter aproximadamente 20 propostas de criação de unidades de conservação no Estado, desde as menores até as de grande expressão. Digo para vocês que até meados desse ano a Serra do Itapeti não figurava entre as 10 pretendidas para serem criadas no Estado. Isso se deveu ao empenho da região para colocar a agenda local essa iniciativa regional na agenda do Secretário. Posso falar tranquilamente. Da iniciativa da Prefeitura de Mogi das Cruzes, a iniciativa do bispo Dom Luiz, do Deputado Gondim, de todos, que colocaram isso na agenda da SMA, e o Secretário Bruno Covas abraçou essa agenda, nos impôs prazo para que ocorresse. Não vejo que o saldo desse processo é negativo, até porque pegando aquelas dez famosas áreas, e acho que comentei isso em uma das oficinas, uma delas, a primeira que vai ter audiência pública para ser transformada em unidades de conservação é o famoso cerrado de Bauru, o cerrado que está com sério risco de desaparecimento no Estado de São Paulo, falamos Bauru mas pega mais quatro municípios, a audiência pública será no dia 05 de dezembro, e a iniciativa de criar o cerrado de Bauru começou há pelo menos 3 anos, que é o tempo de criação médio de uma unidade de conservação entre você deflagrar as iniciativas políticas, fazer estudos, fazer o processo de comunicação com a população, quer dizer, esses processos geralmente são longos. Acho que uma série de fatores contribuíram para que no caso da Serra de Itapeti tivesse esse tempo menor e acho que devemos aproveitar sim, acho que embora todas as intervenções que tiveram, assumimos inteiramente nós não estamos aqui para brigar com os fatos somos técnicos, prezamos o que fazemos tanto quanto vocês e temos história no meio ambiental tanto quanto vocês para estarmos aqui discutindo, não estamos aqui para brigar com fatos, estamos aqui para falar de uma forma transparente e honesta e estamos preparados para ouvir as críticas desde o primeiro momento porque isso é parte do processo democrático e fundamental para melhorar a criação de uma unidade de conservação. Antigamente não era assim, o parque estadual da Serra do Mar foi feito em duas ou três tardes de trabalho, porque foi essa janela que nos deram, falaram para fazer o desenho, se estivesse pronto em três dias o Governador assinaria o Decreto, posso garantir que fizeram, foi um trabalho de Gabinete, só que hoje temos uma das maiores preciosidades de mata atlântica no Brasil no parque estadual da Serra do Mar. Veja bem, não estou tentando defender o discurso da falta de participação, não é isso, ao contrário, tentar sincronizar dentro do que fazemos, dentro do que nos mandam, no que manda o processo participativo, no que manda a legislação, o rito das audiências públicas com a janela de oportunidade política, e elas aparecem e desaparecem, e quero reafirmar que o processo da Serra do Itapeti foi um acolhimento do Diretor Executivo Olavo Mendes Francisco, que não pôde estar aqui hoje

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

infelizmente, ele gostaria muito de estar, desde o primeiro momento ele acolheu, participou do reconhecimento da área, ficou muito entusiasmado por tudo que viu e por essa iniciativa, desde que é Diretor da Fundação foi a primeira proposta de criação de unidade que ele comprou e acompanhou, e também especialmente o Secretário Bruno Covas, ele passou na frente, hoje se alguém quiser criar uma área em São Paulo tem todo um processo porque já existe uma série de propostas que estão andando e essa da Serra do Itapeti furamos a fila, acho que felizmente, acho que as coisas têm de ocorrer assim na vida, no processo da preservação ambiental. Nós somos pessoas acostumadas a perder, quem trabalha, historicamente falando, apanhamos muito, já perdemos muito, então quando vemos um processo desse que podemos marcar um gol rápido em poucos minutos de jogo queremos sempre marcar gol, só que, espero que vocês entendam, como estamos na Fundação Florestal e estamos tentando mediar a angústia das pessoas que participarem e contribuam para o processo temos essa prioridade que o Secretário nos deu e incumbiu de fazer essa unidade de conservação rapidamente. Nós, apesar que poderíamos ter feito muito mais em termos de diálogo e abertura de processo em instâncias e fóruns, acreditamos que essas oitivas das quatro oficinas que tivemos foram muito importantes para nos dar toques de coisas que talvez não estivéssemos vendo claramente, foi importante. Esse processo vai ser sintetizado, vai ser levado para a SMA e o CONSEMA para discussão. Eu brinco que tenho tido oportunidade de estar desse lado das audiências públicas, eu sempre estive muito mais do outro lado e também já me frustrei com outras audiências públicas porque achei que o processo poderia ser mais perfeito, e vocês podem ter certeza que as pessoas que estão aqui e que já viveram essa frustração vão querer levar na maior riqueza de detalhes possíveis para o Secretário de Meio Ambiente Bruno Covas o que está se passando aqui para que ele analisando e avaliando, nós vamos fazer uma avaliação técnica do que está acontecendo aqui, acho que é nossa obrigação avaliar a factibilidade e *infactibilidade* do processo, mas acho que vamos passar com todo carinho que vocês merecem as propostas para que o Secretário analise o que melhor representa o interesse do Estado, incluído o interesse da população, e quero reforçar o que a Anita disse, vão existir momentos de muito diálogo, de muita participação, nos momentos da elaboração do plano de manejo, para começar não é só na elaboração do plano de manejo. Criadas as unidades de conservação passamos na sequência à criação dos conselhos consultivos, e nos perguntaram como devem participar, a Lei nos manda fazer esses conselhos, eles são paritários, metade com o Governo e a outra metade com a sociedade civil, então é o primeiro momento de participação, nesses conselhos. Segundo lugar, na elaboração do plano de manejo tenham certeza que vocês terão amplas possibilidades de dialogar com o processo, de fazer constar a opinião de vocês de forma muito mais intensa que talvez tenham tido oportunidade no momento da criação das unidades, então prezamos muito a participação popular, não agimos em hipótese alguma levianamente por causa desse prazo, até nos preocupamos nesse tempo para colher o máximo de opiniões possíveis, mas temos um compromisso com a sociedade, proteger o meio ambiente e proteger essas áreas, estamos aqui por mandado, da própria sociedade, e temos como missão fazer cumprir essa tarefa e temos muito orgulho de vir aqui fazer essa proposta para vocês hoje com todas as imperfeições que possam ter e vamos batalhar para que essas imperfeições sejam limadas no decorrer do tempo e foi dito pelo próprio Romildo, um parceiro que nos provocou muito para que essa unidade de conservação viesse a ser propostas, não significa que a aplicação do perímetro não possa ser aperfeiçoada, ato contínuo, é um processo aberto, o processo não é finalizado com a emissão do Decreto, ela começa com a emissão do Decreto do Governador, e quem acompanha esse processo de criação sabe como isso acontece de fato hoje, pode ser até que em alguns lugares é melhor, ou pior, é claro, sabemos das dificuldades do controle absoluto dessas questões para o Estado mas temos tentado fazer o máximo possível no processo de gestão, de criação dessas unidades que seja o mais perfeito, o máximo possível, e que traga benfeitorias para população, traga aspectos de qualidade para a população, a população depende da integridade dessas áreas para seu futuro, para sua sobrevivência, e acho que a

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

população vai ter um oportunidade de contribuir mais com esse processo, independente do tempo, o que inclui um tempo que não se esgota, não tem um prazo para fechar a participação das pessoas, a contribuição da sociedade civil e do poder público, estamos disparando um cronômetro que não para nunca mais e acho vocês são responsáveis para nos sinalizar que isso aconteça de fato, estamos aqui para trabalhar para vocês, queremos ser cobrados no sentido de poder fazer o melhor possível para a criação dessas unidades e vocês se sintam orgulhosos com elas tanto como nós estamos nos sentindo, apesar de não sermos da região, mas por favor entendam a complexidade e a dinâmica do processo, entendam que o fato de termos uma unidade de conservação em tempo recorde traz muito mais benefícios do que prejuízos para vocês e vamos estabelecer esse compromisso com a SMA e a Fundação Florestal de manter esse processo aberto, um processo participativo e um processo de contribuição permanente. Muito obrigado. Passo a palavra para que o Conselheiro Daniel teça seus comentários, enquanto membro do CONSEMA. Quero saudar a todos, principalmente o Secretário de Mogi das Cruzes Romildo, o Deputado Gondim, em nome do qual quero saudar todos presentes. Como conselheiro do CONSEMA acho que é importante deixar muito claro que todo processo de participação, de criação de uma unidade de conservação, é um processo político, técnico e amplo. É importante que se de diga, todos concordaram que houve pouco tempo de discussão, mas como já foi falado aqui até pelo Romildo que a Serra de Itapeti antecede quinze anos o SNUC, e está treze anos atrasada, então você tem vinte e oito anos de janela de uma discussão que acho que permeou toda a sociedade da região e certamente teve uma grande participação popular. Dentro dessa janela de oportunidade que surgiu, foi trazida a voz de toda sociedade, tanto pela Prefeitura de Mogi das Cruzes como pelo Deputado Gondim, e o Bispo, trouxeram à baila isso ao atual Secretário Bruno Covas que aproveitando esse momento determinou que houvesse estudos e já a elaboração da unidade de conservação, só para lembrar que essa criação de unidade de conservação legalmente teríamos que ter somente uma audiência pública e fizemos as reuniões preparatórias, as reuniões com equipes técnicas envolvendo mais de 182 pessoas e nessas reuniões públicas a sociedade foi ouvida, e agora estamos na audiência pública e posteriormente teremos a análise na Secretaria e no CONSEMA, que é um conselho democrático pois é um conselho paritário com metade de seus membros da sociedade civil e metade de seus membros do Governo, é um conselho constitucional, então a sociedade civil não termina aqui nessa audiência pública sua participação, como bem disse o Rodrigo foi disparado o cronômetro e a participação continua, então falamos isso, aproveitem, a reunião do CONSEMA é aberta, todas pessoas podem assistir e participar, há representantes da sociedade civil no CONSEMA tal como há representantes do próprio poder público. No segundo momento, criada a APA, é importante falar lembrando que estamos comemorando agora os 25 anos da Constituição cidadã, a Constituição brasileira, a construção do plano de manejo é como se fosse a Constituição da APA, a Lei magna da APA, com a participação cidadã antecede, ou seja o conselho gestor é como se fosse uma verdadeira assembléia constituinte e também grande responsável pela Constituição e construção do plano de manejo. No plano, como foi bem dito a participação popular não se encerra aqui, pelo contrário, ela começa aqui, então essa rapidez com que as coisas estão ocorrendo, acho curioso porque muitas vezes eu que já estou no serviço público há algum tempo, as pessoas muito reclamam da demora do poder público, e agora estou tendo oportunidade no poder público de ouvir o contrário, que o poder público foi muito rápido, acho que temos que aproveitar essa oportunidade, não apenas aproveitar mas temos sim que fiscalizar, prestar atenção, afinal de contas somos servidores públicos, o que significa que servimos à população, os interesses da população, e o Secretário Bruno Covas quando determinou que houvesse a criação dessa unidade de conservação se preocupou nesse prazo em aproveitar essa mobilização social na reunião até que teve com o Deputado Gondim, e o Stringhini, aproveitar essa mobilização para que tivesse mesmo essa pressão social para podermos estar aqui hoje e, queira Deus, em dezembro formando essa unidade de conservação. Quero só deixar claro isso, ela não termina agora, muito pelo contrário ela só começa, e

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br

prestem atenção na construção do plano de manejo que é de fato a grande participação social, a formação da constituinte dessa APA e do conselho gestor da APA e eu como membro do CONSEMA fico muito feliz de estar participando desse processo de que é sim um processo democrático, que respeitou todos os ritos legais e também os ritos sociais. Obrigado. Não havendo mais solicitações de uso da palavra, aproveito para mais uma vez, esclarecer que todo e qualquer interessado terá o prazo de cinco (5) dias úteis, contados da data desta audiência, para enviar contribuições ou sugestões que tenham por finalidade o aperfeiçoamento do projeto. Acrescento que tais contribuições devem ser protocoladas diretamente na CETESB ou encaminhadas, por meio de carta registrada, para serem anexadas ao respectivo processo administrativo. Agradeço, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Deputado Estadual Bruno Covas, a presença de todos e declaro encerrados os trabalhos da audiência pública". Foram encaminhados à Fundação Florestal os seguintes documentos: 1) Referência: "Processo de Criação das UCs da Serra do Itapeti". Apresentação de Proposta de Limites. Proponente: Embu S/A Engenharia e Comércio – Pedreira Itapeti. 2) Referência: Manifestação Favorável à Criação da UCs/ Mosaico Serra do Itapeti (Proc. FF nº 1866/2013) Proponente: Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Mogi das Cruzes". E, como mais nada foi tratado, deram-se por encerrados os trabalhos dessa audiência. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta da Secretaria-Executiva do CONSEMA, lavrei e assino a presente ata.

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - Prédio 6, 1ºAndar - CEP 05459-010 - São Paulo - SP
Tel.: (0xx11)3133-3622 - Fax.: (0xx11)3133-3621 - E-mail: consema.sp@ambiente.sp.gov.br